

As ficções e futuros da Justiça Transformativa

Uma conversa sobre abolicionismo, ficção científica e sistemas alternativos de justiça

Walidah Imarisha | adrienne maree brown | Mia Mingus | Alexis Gumbis | Leah Lakshmi Piepzna-Samarasinha

| EUA |

traduzido por Jemima Alves

originalmente publicado pelo *The New Inquiry*

O *ctavia's Brood: Science Fiction Stories From Social Justice Movements*¹ AK Press,

2015. (*A prole de Octavia: histórias de ficção científica de movimentos de justiça social*) é uma coleção de vinte contos do gênero fantástico e dois ensaios escritos por mobilizadores, ativistas e *changemakers*. Enraizada na premissa que “*all organizing is science fiction*” — toda organização é ficção científica — *Octavia's Brood* também acredita que nossos movimentos por justiça necessitam de maneira vital de espaços onde possamos começar com a questão: “Em que mundo queremos viver?” em vez de “O que é uma vitória realista?”. Não há outro lugar em que tal questionamento seja mais pertinente e relevante que nas conversas sobre prisões e alternativas ao encarceramento. Esta conversa reúne duas coeditoras e três das autoras de *Octavia's Brood* para falar sobre suas experiências com abolicionismo, ficção científica e justiça transformativa.

Walidah Imarisha: Para vocês qual é a definição de abolição? O que é justiça

transformativa? Seriam a mesma coisa?

adrienne maree brown: Eu tendo a pensar que a abolição é um dos resultados da justiça transformativa: abolição é o fim das prisões; justiça transformativa é o método que pessoas utilizam para extirpar padrões de injustiça nas comunidades. Eu tendo a pensar a abolição como uma totalidade, e isso pode ser complicado. As pessoas iniciaram um processo de abolição da escravatura que culminou em um complexo industrial de prisões, pois enquanto havia uma mudança a nível superficial e político, a cultura não mudou.

Este profundo racismo e classismo subjacentes permaneceram e agora emergem estrondosamente à superfície como temos escrito a respeito. Então, quando eu me identifico como uma abolicionista, eu acabo falando sobre como o trabalho iterativo e tangível da JT faz mais sentido para mim agora — eu não quero simplesmente que as prisões desapareçam. Eu quero que se desenvolva uma maneira radicalmente diferente de interação com o outro.

Alexis Pauline Gumbs: Eu aprendi estes dois conceitos no contexto da organização Critical Resistance (Resistência Crítica), e entendi abolição como um termo crítico e generativo, e um movimento com três componentes principais: desmonte, mudança e construção. Essa definição de abolição incluía um trabalho diário de criação de relacionamentos, sistemas, e processos que produz resultados pacíficos e sustentáveis totalmente direcionados aos ignorados medos, trauma intergeracional e a violência sistêmica que prisões, policiamento e vigilância (a versão externa sistêmica e as versões internas) pretendem mitigar.

Eu acredito que o que adrienne está dizendo sobre a abolição da escravatura é importante e, na verdade, é o que me atrai à abolição como um conceito poético. Ele invoca automaticamente escravatura — e a filosofia e prática da abolição tem como alvo práticas escravistas em geral, e aponta que a prisão e o policiamento são práticas que estão diretamente relacionadas à história da escravidão nos Estados Unidos.

Leah Lakshmi Piepzna-Samarasinha: Minha definição padrão de justiça transformativa é “qualquer maneira de criar segurança, justiça e recuperação para os sobreviventes da

violência que não dependa do estado (com isto quero dizer o complexo industrial de prisões, o sistema de lei criminal, sistema de adoção, auxílio para crianças, complexo industrial de prisões psiquiátricas — por exemplo, hospitais psiquiátricos, asilos, entre outros cuidados — imigração etc.). Um movimento criado por feministas racializadas revolucionárias para libertar o nosso povo”.

Para mim é muito importante estabelecer que a justiça transformativa é um movimento feminista de pessoas racializadas, pois há uma multidão de esforços recentes por parte de brancos radicais para embranquecer e apagar o trabalho feminizado, a bolsa de estudos e a luta das pessoas que criam esses movimentos. Eu não estou apenas falando do movimento de justiça transformativa dos últimos vinte anos, na América do Norte. Estou falando também sobre a Lei Mohawk da Mãe do Clã em seis nações, das mulheres trans negras trabalhadoras do sexo, como Miss Major, Sylvia P. Rivera, Mirha-Soleil Ross, que lutaram contra a polícia em Stonewall e também lutaram fisicamente contra a violência transfóbica nas ruas. Este trabalho que estamos fazendo não é novo, e não, punks brancos não inventaram tudo.

Eu acredito que você não pode ter justiça transformativa sem a abolição da prisão. Se você pensa que prisões, policiais e instituições carcerárias são solucionáveis oferecendo-lhes um workshop de sensibilidade então não temos a mesma visão política do que queremos e como chegaremos lá.

Acreditar nisto significa que você não está olhando para como o que experienciamos, com policiamento e prisões na América do Norte, advém diretamente do Fugitive Slave Act (Lei do Escravo Fugitivo), o Indian Act (Lei do indígena) e Mann Act (Lei de Mann), entre outras leis anti-asiáticas e anti-imigrantes/refugiados — de S-COMM ao White Canada (Canadá Branco) e a Lei de exclusão chinesa — bem como leis discriminatórias, como as Ugly Laws (Leis feias ou Decreto dos mendigos feios) e as leis que criminalizam o emprego de trabalhadoras sexuais. Todas essas leis foram criadas diretamente a partir do patriarcado racista, colonial e discriminatório e estão ligadas ao aumento da violência de gênero e do policiamento.

Para muitas pessoas, justiça transformativa significa a ausência de violência. Eu não

concordo com isto, pois acredito que a autodefesa e movimentos armados para a liberação podem fazer parte da justiça transformativa.

Mia Mingus: Para mim, os dois estão intimamente conectados, mas não são a mesma coisa. Abolição é o fim das prisões, o complexo industrial das prisões, e a cultura das prisões (criminalização, punição, descartabilidade, vingança). Justiça transformativa é um modo de responder à violência dentro das nossas comunidades de maneira que 1) não propicie mais prejuízos e violência e, 2) funcione ativamente para cultivar as muitas coisas que sabemos que previnem a violência, tais como a responsabilização pelas decisões, recuperação, confiança, conexão e segurança.

Eu compreendo a abolição como uma parte necessária da justiça transformativa porque prisões, e seus complexos industriais, são os lugares em que há maior incidência de violência, abuso e trauma individual e coletivo. Entretanto, a justiça transformativa é e também deve ser uma parte crítica do trabalho de abolição, pois nós precisamos construir alternativas de como responder ao dano, a violência e ao abuso. Porque trancar prisões não significa por fim a tudo isto.

Justiça transformativa tem raízes no trabalho de abolição e é um quadro abolicionista, mas vai além de abolir prisões (e escravidão) e demanda de nós o fim de — e transforma as condições que perpetuam — ciclos generativos de violência, tais como estupro, abuso sexual, abuso infantil, abuso sexual infantil, violência doméstica, abuso íntimo de parceiros, guerra, genocídio, pobreza, tráfico humano, brutalidade policial, assassinato, perseguição, assédio sexual, todos os sistemas de opressão, normas sociais perigosas e trauma.

Walidah Imarisha: Eu tenho escrito que quando eu falo sobre a abolição da prisão, as pessoas me olham como se eu tivesse dito que alienígenas acabaram de pousar na terra. Quais são as conexões que vocês percebem entre a ficção científica e a abolição/ justiça transformativa? O que aparece quando usamos a escrita fantástica para falar a respeito de sistemas alternativos de justiça?

adrienne maree brown: Nosso trabalho é fazer o inimaginável parecer tangível, e se

tornar um anseio. Eu tenho trabalhado com organizadores por anos e temos encontrado os limites do que temos construído. Na ficção científica e na ficção visionária parece que podemos nos permitir ultrapassar esses limites. Podemos ir a uma lua onde a deficiência é abraçada, ou em futuros em que seremos somaticamente conectadas em rede — ou pós-capitalismo, como minhas colegas fizeram em Octavia's Brood. Além dos limites da realidade, encontramos soluções e mais problemas, que também são importantes para mim na justiça transformativa — e isto não é utópico.

Alexis Pauline Gumbs : Sim. Primeiro de tudo, eu diria que prisão é um nome preciso para nossa cultura contemporânea, e prisão como uma cultura presume um certo conjunto de problemas e reforça uma reação dominante em nossas imaginações. Sylvia Wynter fala sobre reserva — o que seria também o nome exato para nossa cultura contemporânea — significando que ao mesmo tempo que pessoas nativas são confinadas em reservas pelo estado, nossas imaginações também são confinadas. Todes nós.

E, eu diria também que os momentos nos quais as prisões se tornaram uma característica dominante dos Estados Unidos, nossas imaginações (para todes e não apenas aqueles dentre nós desproporcionalmente aprisionados) também se tornaram aprisionadas. A maneira que imaginamos o trabalho, nossos relacionamentos, o futuro, a família, tudo está confinado.

Eu vejo a ficção científica como um trabalho de liberação que permite nossa imaginação a viver além dos limites da prisão. Eu acredito que é por isso que muitas pessoas na prisão tenham amado Octavia's Brood e criaram sua própria coleção de sci-fi. Elas estão buscando escrever o próprio caminho para além da prisão por um longo tempo.

adrienne maree brown: Nós perpetuamos o estado de prisão por muitas razões; nós internalizamos a narrativa que não podemos fazer nada melhor que isto e nós nos acomodamos dentro destes limites, demandando que outra pessoa faça a mudança. Justiça transformativa é difícil porque requer autoexame, e sair da zona de conforto na medida em que as coisas se transformam.

Leah Lakshmi Piepzna-Samarasinha: Quando eu era uma adolescente sobrevivente de

uma infância de abuso sexual e abuso do parceiro dentro da minha família, a ficção científica foi um dos primeiros lugares que me deu esperança e perspectivas sobre como violência e abuso poderiam mudar. Eu li antes dos vinte anos os romances de Marge Piercy, *Woman on the Edge of Time* (Mulher no limite do tempo), de Ursula K. Le Guin, *The Dispossessed* (Os despossuídos), e de Starhawk, *The Fifth Sacred Thing* (A quinta coisa sagrada) e todas elas apresentavam estas ideias incríveis de como a cultura do estupro poderia mudar. No mundo delas, todes recebiam treinamento de defesa pessoal e apaziguamento, e havia sistemas de indenização, reparação e recuperação quando a violência ocorria.

Em contraste com este universo, a literatura do sobrevivente do mainstream não tinha quaisquer perspectivas sobre como o abuso sexual e a violência do parceiro poderiam ter fim. Ficção científica era este lugar rico em políticas de sobrevivência pré figurativas que remontavam os meus sonhos de criar e participar de políticas antiviolência, em que minhas perspectivas e de outros sobreviventes estivessem no centro do debate e não como uma nota marginal.

Mia Mingus: As visões da justiça transformativa frequentemente se parecem, para muitos, com um sci-fi — um mundo sem abuso sexual infantil, um mundo livre de violência sexual. Nós estamos construindo uma realidade nunca vista anteriormente. Estamos pedindo a pessoas para exibir por meio de suas perspectivas e habilidades algo que não é de pronto apoiado em nossa sociedade. Isto é verdadeiro especialmente no meu trabalho com o Coletivo de Justiça Transformativa da Área Bay (BATJC), porque focamos no abuso sexual de crianças. Muitas pessoas não acreditam que o abuso sexual de crianças pode acabar.

Justiça transformativa é sobre criatividade e imaginação. É sobre não seguir as respostas dos sistemas do status quo, mas inventar novas maneiras de ser. É sobre criar o que você precisa com o que você tem. Não há esquemas ou manuais para a justiça transformativa porque cada incidente, indivíduo e comunidade terão necessidades diferentes. Eu costumo dizer que esta é uma das maiores forças e fraquezas da JT, pois vivemos em uma sociedade onde pessoas gostam que lhes digam o que tem que fazer. Elas gostam de “olhar de baixo para cima”; sentem-se mais confortáveis com um caminho já trilhado e um “chefe” ou “especialista” que tenha todas as respostas. Muito do meu trabalho de justiça

transformativa tem sido sobre como resistir diante deste tipo de cultura e encorajar pessoas a acreditar nelas mesmas e em seus instintos.

Walidah Imarisha: Em sua contribuição para (Critical Resistance) Resistência Crítica Abolition Now (Abolição já), uma antologia (que está disponível para download gratuito pela organização) Alexis escreveu:

E se a abolição não for algo devastador, nem destrutivo, nem um evento catastrófico? E se a abolição for algo que brota da umidade de nossos olhos, das rachaduras de nossa pele, da espera em nossas mãos, do tremor suspenso em minha boca quando eu me dirijo a você? E se abolição for algo que cresça?

Vocês três experienciaram em primeira mão a tentativa de criar sistemas alternativos de justiça. Se não estamos apenas pondo abaixo prisões e a polícia como instituições, mas criando algo, o que estamos criando especificamente? Mia, especialmente com seu trabalho sobre justiça transformativa com sobreviventes de abuso sexual infantil, quais são as sementes que estão brotando para lidar com tanto trauma?

Leah Lakshmi Piepzna-Samarasinha: Justiça transformativa pode durar anos, um líder-sobrevivente de um círculo de pessoas perguntando a alguém quem teria cometido abuso e violado para realizar mudanças específicas e oferecer a eles reparação. Pode ser também tão pequeno, e tão grande, quanto interromper um vagabundo assediando alguém no mesmo ponto de ônibus que eu. Eu acho que é importante dizer isto porque é muito fácil se sentir sobrecarregada. Mas acontece que acabar com o complexo industrial de prisões e criar algo diferente sem dinheiro e um monte de trabalho de mulher de cor é muito difícil. Eu agradeço muito ao Everyday Abolition blog, porque é um projeto dedicado a publicar todo dia histórias das diferentes maneiras que a abolição poderia se apresentar no cotidiano, aqueles pequenos, grandes momentos de mudança.

Em muitos dos piores processos de justiça transformativa que eu tenho testemunhado, percebo que um dos problemas é que começamos a todo vapor, no modo adrenalina, totalmente precipitados: “Temos que fazer alguma coisa! Agora!” e então entram em

colapso. Levar princípios da healing justice e da disability justice para justiça transformativa — o que poderia ser qualquer coisa, desde pedir ajuda aos ancestrais para criar justiça e transformar a violação em rituais para limpar e proteger quando as coisas estão difíceis, garantindo às pessoas suas ervas ou outro suporte ante ao estresse e à ansiedade — torna todo nosso sistema de justiça mais rico, mais arraigado e mais possível.

Mia Mingus: Uma das coisas que estamos tentando promover em nosso trabalho são relacionamentos, valores, e práticas que podem concretamente apoiar a justiça transformativa. Queremos uma comunidade em que qualquer sobrevivente poderia apresentar suas experiências sem o temor de ser constrangido ou culpado, ostracizado, desacreditado, assediado ou traumatizado novamente. Neste tipo de comunidade, as pessoas que violaram e tentam assumir a responsabilidade poderiam ser consideradas para além do dano que causaram sem temer qualquer violência ou retaliação.

Vivendo em uma cultura do estupro, estamos bem longe disto. Também sabemos que “comunidades” são feitas de indivíduos e o relacionamento que eles têm entre si. Bem, o que estamos pedindo é que as pessoas desenvolvam suas próprias habilidades e práticas para serem capazes de construir relacionamentos entre si em que, por exemplo, possamos falar dos danos que causamos aos outros, sejam eles grandes ou pequenos (“eu costumava praticar bullying com outras crianças quando eu era mais novo”, por exemplo, ou “eu acho que eu posso ter agredido alguém sexualmente”).

Uma das maneiras que podemos fazer isto é por meio do modelo de ‘pods’ (grupo de apoio). Seu pod é composto por pessoas a quem você pode recorrer se experienciar violência, seja você vítima de violência, ou a tenha cometido, ou mesmo testemunhado. A maioria das pessoas tem vários pods porque as pessoas com quem elas contariam se sofressem uma violência são frequentemente diferentes das pessoas que lhes serviriam de apoio se responsabilizadas pela violência que cometeram ou pelos danos causados. Nós encorajamos as pessoas a pensar sobre quem são seu pods (como isto poderia ser mais sci-fi) e crescer e se aprofundar em seu pod.

Nosso pod não é necessariamente as pessoas mais próximas a nós, pois geralmente é deste núcleo que a violência advém. Desafiamos a nós mesmas ativamente a construir nosso

próprio pod, em vez de simplesmente esperar que as pessoas o façam.

adrienne maree brown: São tantos experimentos maravilhosos! Eu incluí justiça transformativa como um princípio central da emergent strategy (estratégia emergente), porque se alinha com o que eu percebo na natureza — em que nada é descartável — e porque as únicas maneiras que ela funciona, que eu tenha visto, são iterativas, emergentes. Eu tenho guiado muitas meditações, mediado muitas injustiças, conflitos, rompimentos e a maior parte do trabalho tem a ver com desaprender desonestidade, seja na forma de mentiras, desconfiança, omissões, polidez.

Eu mesma tenho aprendido — as coisas mais ofensivas que fiz sempre estavam enraizadas em dores não-ditas e não reconhecidas. Então, comecei comigo mesma a aumentar a honestidade radical na minha própria vida; isto tem sido um foco no meu trabalho somático — aprendendo a estar presente em meu corpo enquanto digo e ouço a verdade. Isto tem transformado o meu trabalho político. Em lugar de ajudar pessoas a desenvolver planos de cinco anos, eu lhes dou suporte para serem mais honestas em tempo real, para falarem a verdade da conexão (na organização, nas relações sociais, nos relacionamentos, na família) para melhorarem sua tolerância à verdade dos outros.

Os resultados são surpreendentes: os seres humanos são capazes de qualquer coisa quando são honestos — temos limites, trabalhamos de forma sustentável, fazemos o trabalho mais necessário às nossas comunidades (em vez do financiado mais facilmente, ou mais induzido pela mídia), saímos de dinâmicas nocivas, nos sentimos vistos e valorados adequadamente, participamos de uma intimidade autêntica. Isto está no nível das coisas da terra, água, fogo e ar. Sem essas conexões essenciais, a injustiça floresce.

Walidah Imarisha: Como seria uma sociedade futurística enraizada nos princípios da abolição e da justiça transformativa?

Mia Mingus: Uma das coisas sobre visionar pela justiça transformativa é que, depois de praticar o suficiente, você começa a aprender que a coisa mais importante não é ter uma visão precisa com todas as respostas, mas abraçar o fato de que enquanto percebemos

novos mundos, tal perspectiva nos transformará inevitavelmente, e que mudará também o nosso trabalho, e assim por diante. Você aprende que vislumbrar é um processo emergente e envolvente que está em constante mudança, assim como um rio.

Uma das perspectivas que tenho da sociedade enraizada na abolição e na justiça transformativa é que poderíamos responder — mesmo que não seja de maneira perfeita — à violência, à violação, e aos abusos em nossas comunidades. Eu vislumbro uma sociedade que ativamente trabalha para prevenir a violência, danos, e abusos, e que entende os erros como oportunidade de crescimento, realinhamento e esclarecimento. Eu vislumbro que viveríamos verdadeiramente da crença de que “ninguém é descartável”.

E uma sociedade em que poderíamos conseguir ajuda das pessoas na nossa vida cotidiana e que não teríamos que deixar nossas comunidades para termos recuperação, segurança ou educação; uma sociedade em que conhecemos nossos vizinhos e a nós mesmos e em que a recuperação individual e coletiva são parte de nossa vida cotidiana.
